

**Índice de Jurisprudência de alguns
julgados no Tribunal Federal de Recursos e
Superior Tribunal de Justiça como Ministro Relator.**

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
Ação Declaratória - Objetivando o reconhecimento judicial de seu direito de creditar-se do ICM, nas importações de matérias primas isentas deste imposto e que são empregadas na fabricação de seus produtos - Inexistente a declaração do direito ao creditamento - Não se pode falar em repetição de indébito que só subsiste se houver a declaração (Desconhecimento) (T1) (STJ)	RESP 347-SP	29/04/91	407	39
Ação Popular - De acordo com a legislação, é obrigatória a participação na relação processual da pessoa jurídica de direito público cujo ato seja objeto da impugnação - A existência de interesse econômico na solução do litígio, e não de interesse jurídico - É insuficiente para justificar o chamamento ao feito da pessoa jurídica (Provimento) (T1) (STJ)	RESP 8.911-RS	04/11/91	633	142
Acidente do Trabalho - Perda de audição - Grau mínimo - Sendo a perda de capacidade auditiva estabelecida em grau mínimo - Não incapacitadora para o exercício de atividades habituais - Não tem o condão de autorizar o pagamento de auxílio acidente (Provimento) (T1) (STJ)	RESP 5.782-SP	21/10/91	609	23

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
Acidente do Trabalho - Seguro - Tarifação individual de custeio - Direito adquirido - A lei nova não pode ter efeitos <i>ex tunc</i> e, em atenção a regra jurídica constitucional de garantia, nem ferir direitos adquiridos - Em se tratando de tarifação individual deferida por prazo certo e em caráter definitivo - Há direito adquirido a ela - Não podendo lei posterior modificar esse sistema de tarifação (Desprovisamento) (T5) (TFR)	AMS 88.328-RJ	28/02/85	5.458	06
Advogado - Curador - Honorários - A postulação no interesse do executado revel, merece ser remunerada pelo vencido - Esta remuneração, não se equipara a despesa processuais para os efeitos do CPC - Recomenda-se a fixação dos honorários na oportunidade de satisfação do débito ou da sentença homologatória da adjudicação ou arrematação, não sendo caso de pagamento antecipado (Provisamento) (T5) (TFR)	AG 42.543-RJ	25/06/82	3.855	64
Agravo de Instrumento - A lei processual coloca à disposição das partes as medidas necessárias para que possam provar em juízo as suas alegações - E, no uso do instrumental necessário à parte interessada cabe provocar o Juízo para a requisição dos documentos necessários à comprovação do que alegou - Referir a existência de entraves burocráticos, impeditivos de produção de provas, não justifica, a sua não produção - Necessária é a demonstração real da existência do dito entrave (Desprovisamento) (T5) (TFR)	AG 45.577-RJ	22/08/85	5.667	33

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
<p>Agravo de Instrumento - Medida cautelar - Depósito de prestações - Mora - Prestações reajustadas - BNH - Sob os efeitos da prestação jurisdicional contida na medida cautelar - É lícito ao devedor efetuar depósito com vistas a garantir a não ocorrência de mora, sem a incidência de juros e correção monetária - Haja vista estar em discussão judicial o direito ou não de recebimento das prestações reajustadas (Desprovisamento) (T5) (TFR)</p>	<p style="text-align: center;">AG 46.928-BA</p>	<p style="text-align: center;">03/10/85</p>	<p style="text-align: center;">5.746</p>	<p style="text-align: center;">210</p>
<p>Agravo de Instrumento - O prazo para apresentação em execução fiscal é o regido por norma especial, constante da própria lei que rege a execução - Não devendo submissão à lei geral em respeito ao princípio da norma especial prevalecer sobre a geral - Estabelecido o prazo específico para a apresentação dos Embargos Infringentes em 1ª Instância - Sendo apresentados após o prazo, não há o que se questionar sobre sua intempestividade (Desprovisamento) (T5) (TFR)</p>	<p style="text-align: center;">AG 47.066-SP</p>	<p style="text-align: center;">03/10/85</p>	<p style="text-align: center;">5.746</p>	<p style="text-align: center;">241</p>
<p>Agravo Regimental - A Fazenda Pública faz jus ao prazo em dobro para oferecer agravo regimental (Provisamento) (TP) (TFR)</p>	<p style="text-align: center;">AGAC 107.577-ES</p>	<p style="text-align: center;">25/09/86</p>	<p style="text-align: center;">6.264</p>	<p style="text-align: center;">828</p>

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
Agravo Regimental - Não esgotou a instância recursal - Deixou de apresentar os competentes embargos infringentes ao julgado - Deveria ter exaurido a instância recursal inferior, para, depois, tentar o recurso à instância superior - Os atos processuais, bem como a procedimentalística, deverão obedecer ao ritmo formal, sob pena de suprirem-se instância (Desprovisamento) (T1) (STJ)	AGA 1.466-PR	02/04/90	115	13
Alienação Fiduciária - Veículo transportador de mercadorias estrangeiras contrabandeadas - Pena de perdimento - Apreensão de veículo, gravado com alienação fiduciária - Ato de apreensão executado por Inspetor da Receita Federal, em nome do Ministro da Fazenda - O credor fiduciário não detém a propriedade do objeto alienado - Este representa uma garantia real - Apreendido o veículo e sujeito a pena de perdimento por transportar mercadorias estrangeiras contrabandeadas, tem o credor fiduciário outros meios de execução do seu crédito (Desprovisamento) (T5) (TFR)	AMS 90.256-MT	03/09/81	3.366	69
Associação de Classe - Entidade da Administração - Consignação em folha de pagamento - Desconto - Mensalidade social - Direito adquirido, impossibilidade de sua alteração por lei nova com efeitos <i>ex tunc</i> em respeito à Constituição - Restritividade do poder regulamentar do Estado limitado a editar regras que visem tornar mais inteligível a regra jurídica legal a enumerar casos exemplificadamente (Desprovisamento) (T5) (TFR)	AG 45.912-BA	19/09/85	5.718	60

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
Ato Administrativo - Conta com a retratabilidade que poderá ser exercida enquanto dito ato não gerar direitos a outrem - Ocorrendo a existência de direitos, tais atos são atingidos pela preclusão administrativa, tornando-se irretroatáveis por parte da própria Administração - Exercitando-se o poder de revisão de seus atos - A Administração tem que se ater aos limites assinalados na lei, sob pena de ferir direito líquido e certo do particular - O que configura ilegalidade e ou abuso de poder (Deferimento) (S1) (STJ)	MS 09-DF	18/12/89	76	49
Atos Judiciais - Publicação na imprensa oficial deve constar os nomes das partes e de seus advogados suficientes a fim de que elas possam ser identificadas - A omissão de nome de um dos advogados na publicação quando se trata de representação <i>in solidum</i> por dois - Não constitui causa de nulidade e desde que atinja a sua finalidade (Improcedência) (S2) (TFR)	AR 924-RJ	11/04/85	5.513	160
Caderneta de Poupança - Intervenção - Bloqueio - BNH - A medida de intervenção executada pelo órgão competente - Atinge, por força da lógica aos devedores da empresa sob intervenção - Alcançando as disponibilidades financeiras daquelas - Tal alcance somente poderá ser efetivado mediante ato expresso do órgão interventor - Ineficaz deliberação do BNH (Desprovisionamento) (T5) (TFR)	AMS 112.782-RS	12/09/88	7.879	137

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
Carta Patente - Cancelamento - Entidades financeiras - Banco Central do Brasil - As cartas de patentes constituem títulos patrimoniais, com valor de mercado - Podendo ser transacionadas, consubstanciando um bem de valor econômico, por tais motivos, a sua cassação há de ser motivada - O ato de cancelamento não aponta os motivos ensejadores da cassação, o que caracteriza sua nulidade (Desprovemento) (T5) (TFR)	AMS 109.719-DF	25/02/88	7.388	60
Carta Patente - Não preenchida a sua finalidade, pela inoperância da instituição financeira, pode a Carta patente ser cancelada - Embora não prevista expressamente em lei - Tem-se o cancelamento pelo Banco Central, fundado na inatividade da empresa, como medida de cautela e de controle do sistema financeira, inserido na alçada daquele órgão diretor (Denegação) (TP) (TFR)	MS 94.668-DF	18/03/82	3.689	166
Competência - Ação de cumprimento de decisão oriunda de dissídio coletivo - Onde restou firmada a obrigatoriedade de o empregador, recolher a favor do sindicato, contribuição dos empregados - Competência da Justiça do Trabalho (Conhecimento) (S1) (STJ)	CC 855-SP	14/05/90	138	251
Competência - Ação de repetição de indébito - Restituição de parcelas relativas ao Fundo Nacional de Telecomunicação - Existindo interesse da União Federal - Competência da Justiça Federal (Conhecimento) (S1) (STJ)	CC 910-RJ	14/05/90	139	49

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
Competência - Carteira de Trabalho - Anotações falsas - Constitui ofensa a bem jurídico circunscrito à esfera do direito privado - Não configurando crime de competência da Justiça Federal - Competente o Juízo Estadual (Conhecimento) (S3) (STJ)	CC 3.228-SP	21/09/92	850	14
Competência - Execução Fiscal - A mudança de domicílio do devedor não tem o condão de deslocar a competência que é relativa - Compete à Justiça Estadual (Procedência) (S1) (STJ)	CC 1.196-RS	18/06/90	164	217
Competência - Funcionário Público Municipal - Postula direitos decorrentes do Estatuto dos Funcionários do Município - Não se trata de verbas decorrentes da legislação trabalhista - Competência da Justiça Estadual (Procedência) (S1) (STJ)	CC 845-SP	07/05/90	135	51
Competência - Imóvel penhorado pela CEF, em execução anteriormente proposta junto à Justiça Federal - Caso em que prevalece a competência do Juiz Federal em razão da prevenção existente e privilégio de foro (Conhecimento) (S2) (TFR)	CC 6.985-PI	04/02/88	7.358	88

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
<p>Conselho Regional de Técnicos de Administração - Registro - Empresa que tem como objetivo social o controle de imóveis, nele compreendido locação, vistoria, avaliação e reforma - Não está obrigada a registrar-se no Conselho Técnico de Administração - Tal obrigação deriva-se da atividade básica da empresa ou firma-se na conformidade da natureza dos serviços por ela prestados - Irrelevantes se apresenta a denominação de fantasia, Administradora de Imóveis, para que se exija o seu registro (Desprovemento) (T5) (TFR)</p>	AC 100.862-SP	10/10/85	5.755	202
<p>Contratos - Quota de participação - (AFRMM) - Armador - Tratam-se de atos jurídicos perfeitos e acabados protegidos pela Constituição e pela Lei de Introdução ao Código Civil - Por isso é justa a participação do armador na antiga taxa, hoje denominada AFRMM, cuja diferença de 15% lhe cabe por força do contrato (Desprovemento) (T5) (TFR)</p>	REO 95.325-RJ	27/06/85	5.631	51
<p>Contribuição Previdenciária - Embora quinquenal o prazo prescritivo, as provas não ensejam a averiguação de que tenha sido consumada a prescrição - Prefeitura Municipal e Município, na tradição do direito processual, são designações que identificam uma mesma pessoa jurídica de direito público - É indispensável a intimação de representante do Ministério Público - Para acompanhar execução fiscal movida contra Município, que é representado por procurador, e se beneficia do privilégio (Provemento) (T5) (TFR)</p>	AC 55.662-PR	19/11/81	3.479	01

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
Débitos - Cancelamento - Em obediência ao princípio da anualidade orçamentária - O lançamento deverá ser precedido em cada exercício - Procedendo-se vários lançamentos em uma só certidão, tomando-se o somatório de vários débitos, de exercícios diferentes - Significa a castração do espírito com que o decreto de anistia foi editado (Desprovisamento) (T5) (TFR)	AGAC 106.150-AL	24/04/86	6.008	167
Débitos - Cancelamento - Se o entendimento da <i>mens legislatoris</i> , por uma questão prática no sentido da adoção de medidas incentivadoras à arrecadação - Cancelar os débitos de valores inferiores à quantia mencionada na legislação - Que se refere aos tributos, que é o principal, evidencia-se que tal cancelamento entende-se acessório, de valor também inferior ao principal (Desprovisamento) (T5) (TFR)	AGAC 68.574-MG	10/04/86	5.980	53
Débitos - Cancelamento - Tomado unicamente, nunca a certidão, isto por motivo que assim não quiz o legislador - É desrespeito ao espírito da lei, a soma de vários débitos, no afã de ultrapassar o limite da anistia fiscal - A anualidade orçamentária, princípio que deve ser obedecido pelos órgãos da administração - Estabelece que os débitos de um exercício, assim como as rendas, devem ser tomados como integrantes daquele exercício fiscal - Não pode a administração pública prevalecer da sua própria inoperância para burlar o espírito da lei (Desprovisamento) (T5) (TFR)	AGAC 106.009-SP	10/04/86	5.986	59

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
Débitos - Parcelamento - Existente o acordo entre as partes, interrompe-se a prescrição - O que autoriza a parte credora propor a devida ação judicial, se não cumprida a obrigação pelo devedor a partir do momento em que se houve o descumprimento da obrigação - Deste momento em diante é que se contará o prazo prescricional, e este, não se consumou (Desprovimento) (T5) (TFR)	AG 51.272-SP	26/03/87	6.599	112
Desapropriação - Ao eleger o laudo do vistor oficial, como referência para se apurar o justo preço - A autoridade judicante tem em vista a obediência ao regramento constitucional preconizador do justo preço - Sendo latifúndio, a indenização pela desapropriação de terras deverá ser, desde que improdutivas as mesmas, compostas de títulos de dívidas agrárias - Inocorrente tal pressuposto, correta é a condenação de se indenizar em espécie (Desprovimento) (T5) (TFR)	AC 98.861-PR	21/11/85	5.826	89
Desapropriação - Execução de sentença - O erro material da decisão homologatória de cálculos em liquidação de sentença, está intimamente ligado no mérito - Não se justifica a intervenção da União Federal no processo de liquidação de sentença por cálculo do contador - Ainda mais que a autarquia tem procuradores em seu quadro defendendo os seus interesses (Provimento) (T5) (TFR)	AC 62.212-SP	07/02/85	5.425	75

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
Desapropriação - Indenização fixada de acordo com o laudo oficial, devidamente justificado - Estando o único laudo, o do perito do Juízo, isento de críticas e subscrito pelos assistentes com ligeiras restrições - Pinhos e madeiras de lei, embora constituam acessão natural - São suscetíveis de valor econômico separado do da terra nua, devendo serem autonomamente indenizáveis (Desprovemento) (T5) (TFR)	AC 34.989-PR	03/06/82	3.820	27
Desapropriação - Servidão de passagem de linha elétrica - Não se pode negar a incidência de juros compensatórios - Desde a instituição da servidão, a mesma recorrida não pôde utilizar o imóvel (Desprovemento) (T1) (STJ)	RESP 5.741-RS	27/05/91	444	220
Edital - Leilão - Cerceamento de defesa - Trazendo o edital dados suficientes a identificar o feito e ainda, tendo o executado embargante regularmente intimado do leilão - Quedando-se inerte sem comprovar fatos impeditivos ou que demonstrassem a nulidade do procedimento - É de ter-se os embargos à arrematação como meramente protelatórios - Mais que, inexistente nulidades inexistem prejuizo (Desprovemento) (T5) (TFR)	AC 103.457-SP	24/10/85	5.781	130

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
Embargos à Execução - A simples alegação de existência de dolo e má fé em modalidade de licitação - Que atendeu a todos os pressupostos contemplados pelas normas regentes da matéria - Não basta a desfigurar a execução tentada - Necessário se faz a prova das alegações - Em sede de execução contra a União Federal por inadimplência no pagamento de serviços prestados, a nota fiscal de serviço/fatura constitui documento hábil a promover-se dita execução (Desprovinimento) (T5) (TFR)	AC 86.733-DF	10/04/86	5.981	149
Empréstimo Compulsório - Competência - Decadência - Prescrição - Litígio entre sociedade de economia mista, ambas vinculadas à União - Competência do Judiciário - O prazo de cinco anos, para o consumidor de energia elétrica apresentar os originais de suas contas, devidamente quitadas à Eletrobrás - Para receber as obrigações relativas ao empréstimo compulsório especial, de que tratam as mencionadas leis, é decadencial - É prescricional, contudo, o prazo para o resgate das aludidas obrigações (Provinimento) (T5) (TFR)	AC 45.068-RJ	07/05/81	3.222	165
Empréstimo Compulsório - Não é conceitualmente um tributo - Mas, em si, uma prestação pecuniária compulsória, restituível, em certo tempo, e exigida em circunstâncias excepcionais que ameacem a integridade nacional ou a estabilidade social e econômica - Inaplicabilidade do princípio da anterioridade - Inocorrência de confisco, porquanto a devolução se fará com atualização monetária (Desprovinimento) (S2) (TFR)	INAMS 103.166-DF	25/06/87	6.827	93

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
<p>Execução - Instaurado o processo, conhecida do réu a postulação - Salvo com o consentimento deste, é inadmissível a alteração do pedido - Substituir o próprio título exequendo, fundamento objetivo da <i>causa petendi</i>, pois a inicial descreveu um título e juntou outro, é alterar o pedido - A substituição da certidão como quer a legislação não se aperfeiçoou, porquanto o executado não teve a oportunidade de apreciar o objeto da nova certidão (Desprovisamento) (T5) (TFR)</p>	AC 99.992-SP	22/08/85	5.665	16
<p>Execução Fiscal - A lei dispensa prova do elemento subjetivo - Não permitindo o ordenamento jurídico que no curso do processo o executado modifique sua disponibilidade patrimonial, com visível intuito de dificultar a execução - Ressaindo, dos autos, claramente, a intenção do devedor de prejudicar o credor, com a existência de atos inequívocos - É de se confirmar a sentença que a declarou (Desprovisamento) (T5) (TFR)</p>	AC 89.805-SP	22/08/85	5.662	52
<p>Execução Fiscal - Ausência de notificação ao devedor para acompanhamento da fase administrativa - Existindo a supressão de uma fase processual - Porquanto o devedor não teve conhecimento da autuação contra si, ferido está o princípio do contraditório (Desprovisamento) (T5) (TFR)</p>	AC 139.462-SC	02/06/88	7.642	65

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
Execução Fiscal - Fraude à execução - Conquanto declarado pelo sócio a existência do débito para com a autarquia, por meio de auto de confissão de dívida com parcelamento - Não cumprido tal parcelamento, cabe ao credor executar o restante, de imediato - Inexistente a fraude à execução tem-se como legal a alienação - Cabendo ao exequente, por força de sua própria inércia, indicar bens outros que não o alienado (Desprovisamento) (T5) (TFR)	AC 100.373-SP	10/10/85	5.755	202
Execução Fiscal - Fraude contra credores - A presunção de fraude à execução milita contra o vendedor - Não contra o adquirente de boa fé - A este, resta demonstrar a existência de bens outros, que possam sofrer o encargo judicial da penhora - Não o fazendo, o bem adquirido ao executado responde pelo débito (Desprovisamento) (T5) (TFR)	AC 78.711-CE	19/12/85	5.882	123
Execução Fiscal - Para haver valores referentes a impostos municipais não recolhidos aos cofres públicos - Em sede de executivo fiscal a compensação de créditos só se admite se existente expressa disposição legal que a autorize (Provimento) (T1) (STJ)	REMS 623-SP	25/03/91	363	43
Fiança - Execução extrajudicial - O fiador extrajudicial, civil ou comercial - Não tem legitimidade <i>ad causam</i> , para sofrer a execução - Se contra ele não foi proferida sentença condenatória (Desprovisamento) (T5) (TFR)	AC 64.850-RS	23/10/80	3.007	280

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
<p>Funcionária Pública Municipal - Professora - Visa obter contagem do tempo em que, como professora substituta, esteve à disposição do estabelecimento de ensino - Nas relações entre Servidor Público e Estado, configurado está o trato sucessivo - Prescrição ocorrente tão-somente às prestações vencidas no quinquênio anterior à propositura da ação (Desprovisamento) (T1) (STJ)</p>	RESP 15-SP	18/12/89	77	17
<p>Funcionário Público - Aproveitamento em cargo público - Não alcança o ex-combatente que já exerce cargo público - Não havia como aproveitá-lo, no cargo pretendido pois não se podia aproveitar quem já fazia parte do serviço público (Desprovisamento) (S1) (STJ)</p>	EIAR 219-RJ	06/11/89	51	49
<p>Funcionário Público - Cargo em Comissão - A estabilidade em cargo comissionado não foi assegurada pela Constituição de 1988 - Aliás cargos de confiança tem como pressuposto essencial a demissão e admissão <i>ad nutum</i> da Administração (Desprovisamento) (T1) (STJ)</p>	REMS 793-MS	03/06/91	452	214

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
<p>Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - Ao empregador é obrigatório o recolhimento de percentual referente ao FGTS, mensalmente, em conta vinculada em nome do empregado - Se não obedecida tal regra, discutida em Juízo a obrigação e, dessa discussão nasce a obrigatoriedade de efetuar pagamento, por força de decisão judicial - É assente o entendimento que tal quitação, em cumprimento de ordem do Juízo, sobre põe-se a regular recolhimento da obrigação, sendo prova cabal de cumprimento da obrigação trabalhista (Desprovemento) (T5) (TFR)</p>	<p>AC 102.369-RS</p>	<p>21/11/85</p>	<p>5.827</p>	<p>128</p>
<p>Fundo Nacional de Telecomunicações - Desvio de finalidade - Instituída a sobretarifa sobre o serviço de telecomunicações, com fim específico e por prazo determinado - Não pode outra norma destinar os recursos arrebanhados pelo FNT, para outras atividades, sob pena de desvio de finalidade - Inexiste vinculação com sua origem legal ou fonte instituidora - A criação de novos tributos necessita, por força de norma constitucional, dos pressupostos à sua exigibilidade, quais sejam: fato gerador, alíquota e sujeito passivo - Não podem os recursos do FNT serem transformados em espécie do gênero tributo - Arguição de inconstitucionalidade de que se acolhe (Inconstitucionalidade) (TP) (TFR)</p>	<p>INREO 107.572-PB</p>	<p>29/10/87</p>	<p>7.146</p>	<p>209</p>

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
Garantia de Instância - Por meio de depósito, e advindo norma legal que anistia débito inferior ou igual ao que é executado - Não convertida a garantia em renda da União - É lícito ao executado reaver o depósito, desde que a lei aplica-se a casos pendentes - Estando expresso em lei que o valor da dívida converter-se-á em renda da União - Nada mais resta discutir, se o próprio diploma legal concede anistia dos conectários legais - Não há se opor ao levantamento destes, se obedecidos os critérios legais (Proviemento) (T5) (TFR)	AG 46.846-AL	19/12/85	5.895	76
Habeas Corpus - Prisão administrativa - Desvio de mercadoria - Ex-sócio - Responsabilidade do depositário - Se o desvio de mercadoria depositada deu-se após retirada do paciente da sociedade, com a transferência de cota-parte a outrem - Existindo provas que indicam a não participação do mesmo nas irregularidades ocorridas, impossível subsistir a prisão administrativa (Concessão) (TP) (TFR)	HC 7.178-DF	12/05/88	7.592	167
Habeas Data - Ausência de postulação administrativa, suficiente a configurar relutância da administração a atender o pedido - Sofre o Habeas Data de ausência do interesse de agir (Desconhecimento) (S1) (STJ)	HD 02-DF	04/09/89	14	01

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
Habeas Data - Para ter acesso às informações desabonadora sobre sua pessoa, prestada pela TELESP ao Ministério das Comunicações - Inexistente a documentação sobre a qual o impetrante queira ter acesso - Impossível a concessão, por falta de objeto (Extinção do processo) (S1) (STJ)	HD 14-DF	28/05/90	14	01
Habeas Data - Postulando acesso à informações pessoais, referente ao concurso de Juiz Substituto - Ausentes os pressupostos objetivos e subjetivos a amparar o Habeas Data - Não foram os apontados dados sigilosos que originaram a reprovação, mas, sim, a sua valoração intelectual (Desprovemento) (T1) (STJ)	PET 61-PR	28/10/91	615	01
Importação - Mercadoria em trânsito - O contrato de compra e venda mercantil internacional se rege pelos princípios de direito internacional privado - Cujas transferências de domínio da mercadoria, mesmo em trânsito, dá-se pela tradição e não antes desta - Mercadoria chegada ao País com falsa declaração de conteúdo implica em dilação probatória - Inadmissível na via estreita do mandado de segurança (Desprovemento) (T5) (TFR)	AMS 97.581-RJ	10/10/85	5.759	29

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) - Integra para todos os efeitos, o preço final da mercadoria - Pelo que não se pode excluí-lo da base de cálculo para o PIS - O valor a ser recolhido a título de PIS incide sobre o faturamento da empresa - No conceito de faturamento está inserido o lucro operacional da empresa - Que não se pode excluir as parcelas do ICM, porquanto estas estão inseridas no conceito de lucro operacional ou capacidade econômica da empresa (Uniformização da Jurisprudência) (S2) (TFR)	IUJAC 123.073-MG	03/10/88	7.915	119
Imposto sobre Circulação de Mercadoria (ICM) - Isenção - Concessão tendo em vista projeto de interesse nacional - Não pode ser alterada por convênio posterior àquele que a previu e nem em atenção ao artigo 178 do CTN, que se refere aos casos comuns (Desprovisamento) (T1) (STJ)	RESP 388-SP	22/04/91	397	51
Imposto sobre Circulação de Mercadoria (ICM) - Máquinas e equipamentos vinculados a projetos de interesse nacional - Concedida isenção com vista a propiciar assentamento de projeto de interesse nacional - A isenção perdura enquanto perdurar a implantação do projeto (Desprovisamento) (T1) (STJ)	RESP 1.231-SP	14/05/90	140	01

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
<p>Imposto sobre Circulação de Mercadoria (ICM) - Prestação de serviços - Ilegítima a cobrança do ICM sobre o fornecimento de alimentação e bebidas à ausência de lei específica prevendo o fato gerador e fixando a base de cálculo - A lei estadual, seguindo a orientação do CTN, tão-somente orienta a definição da base de cálculo, como sendo o valor da operação - Inexistindo omissão a tal respeito (Rejeição - Embargos) (T1) (STJ)</p>	EDRESP 5.584-SP	05/08/91	502	29
<p>Imposto sobre Circulação de Mercadoria (ICM) - Recolhimento a maior das parcelas relativas ao ICM - Em virtude do Plano de Estabilização Econômica instituída pelo Governo Federal, que houve por bem converter cruzeiros em cruzados - É do caráter do imposto, sua repercussão - Necessária a prova de suporte do ônus fiscal por aquele que pleiteia sua restituição (Desprovemento) (T1) (STJ)</p>	RESP 9.407-SP	03/02/92	740	136
<p>Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) - A instituição, nas modalidades incidentes sobre operações de câmbio e relativas a títulos e valores mobiliários, deu-se por força do Decreto-lei 1.783/80, com vigência nesse mesmo exercício - Conseqüentemente, a cobrança ou arrecadação desses tributos somente poderia efetivar-se no exercício de 1981, CF-69, art. 153, par. 29 - Inconstitucionalidade da cobrança determinada para aquele mesmo exercício pela Resolução 610 e pela Circular 523/80, do Banco Central do Brasil (Inconstitucionalidade) (TP) (TFR)</p>	INAMS 91.322-SP	18/02/82	3.634	43

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
<p>Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) - Repetição de indébito - Contribuinte "de jure" - Importação - GATT - A autorização expressa, manifestada por terceiro, contribuinte de fato - A quem foi trasladada a carga tributária - Legítima o contribuinte "de jure" pleitear a devolução em seu próprio nome - Máquinas colheitadeiras automotrizes importadas do EUA, país signatário do GATT - Isenção do IPI em face de igual tratamento ao similar nacional, por força do princípio da reciprocidade inscrito na legislação do GATT (Desprovimento) (T5) (TFR)</p>	<p>AC 53.642-RS</p>	<p>20/08/81</p>	<p>3.332</p>	<p>44</p>
<p>Imposto de Renda - Acréscimos patrimoniais e sinais exteriores de riqueza - Legalidade - Tipicidade - No acréscimo patrimonial o dever de proceder à devida comprovação é da autoridade lançadora à vista das declarações de rendimentos e bens - Quanto aos sinais exteriores de riqueza o legislador inverteu o ônus da prova - Ambas as presunções se usadas com desrespeito ao princípio da legalidade e da tipicidade constringem a Constituição (Rejeição - Embargos) (T5) (TFR)</p>	<p>EDAC 72.446-RJ</p>	<p>11/04/85</p>	<p>5.503</p>	<p>199</p>

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
Imposto de Renda - A incorporação de bens imóveis ao capital social é ato típico - Inexistindo equivalência ou equiparação a ato de comércio ou aquisição de direitos, com lucro tributável - Regulado tal ato, por lei especial que afasta idéia de lucro, porque dito ato não se traduz em dinheiro, mas em benefício - Que são o aumento do capital, traduzido na incorporação dos bens, mesmo que expresso em padrão monetário - Incidência tributária (Desprovemento) (T5) (TFR)	AC 92.579-CE	10/10/85	5.754	192
Imposto de Renda - É inconstitucional a expressão "a partir de 1º de janeiro de 1967" do art. 11 do Decreto-lei 94/66, que restabeleceu o art. 38 da Lei 4.506/64, mercê do princípio constitucional da anualidade - Não há que se distinguir entre criação e restabelecimento de tributo - Ante o preceito da CF-69, art. 153, par. 29 - Pois o que esta veda por ordem direta não admite de forma travessa (Inconstitucionalidade) (TP) (TFR)	REO 79.033-RJ	09/10/80	2.993	11
Imposto de Renda - Lançamento de ofício - Presunção - Depósito bancário - Sinais exteriores da riqueza - É ilegítimo o lançamento de ofício do Imposto de Renda, tomando-se como renda simples existência de depósito bancário - Mera presunção não permite instauração do processo fiscal - Os depósitos bancários, embora possam refletir sinais exteriores de riqueza - Não caracterizam, por si só, rendimentos tributáveis (Desprovemento) (T5) (TFR)	REO 83.606-SP	30/05/85	5.579	48

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
<p>Imposto de Renda - Não se pode ter como válido o lançamento efetuado por atraso na entrega da declaração pelo contribuinte - Se de tal atraso resulta ação do Fisco, e inerte se queda o contribuinte - Que, instado a apresentar a declaração não o fez a tempo - Posteriormente impugnando também o fez a destempo - Não é lógico, também, imputar-se o ônus processual ao Fisco, por ato que o contribuinte deu causa (Provimento parcial) (T5) (TFR)</p>	<p>REO 85.535-RN</p>	<p>21/11/85</p>	<p>5.834</p>	<p>47</p>
<p>Imposto de Renda - Omissão de Rendimentos - As restrições de ordem formal e material ligadas a cerceamento de defesa, na esfera administrativa e em seus vários desdobramentos, não foram demonstradas - A consistência da exigência da Fazenda, que concluiu pela existência de acréscimo patrimonial de origem não comprovada, não restou infirmada (Desprovimento) (T5) (TFR)</p>	<p>AC 72.446-RJ</p>	<p>17/05/84</p>	<p>4.996</p>	<p>129</p>
<p>Imposto de Renda - Querendo a lei que se cancele débito inferiores a determinada quantia - Não há como se possa entender que lhe subsista a multa (acessório) - Em direito, o acessório sempre segue o principal - Não há entender-se a aplicação de cancelamento para o principal, deixando subsistir a multa - Cancelando-se os débitos, cancelam-se por via de consequência os acessórios (Provimento) (T5) (TFR)</p>	<p>AG 46.534-SP</p>	<p>10/04/86</p>	<p>5.889</p>	<p>62</p>

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
Imposto de Renda - Redução - As aplicações financeiras em ações de emissão pública distribuídas no mercado somente dão direito à redução do imposto sobre a renda - Quando a companhia emissora houver efetuado o prévio registro da emissão na Comissão de Valores Mobiliários (Desprovemento) (T5) (TFR)	AMS 95.030-DF	29/11/84	5.372	202
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) - Incidência nas operações de Arrendamento Mercantil de coisas móveis - Leasing (Provemento) (T1) (STJ)	RESP 804-SP	18/06/90	162	241
Intervenção Judicial - Diligências - Incumbe às partes promoverem às diligências necessárias ao processo, e de seu interesse - Somente restando comprovado que impossibilitadas de fazerem ditas diligências é que compete ao Judiciário atendê-las e ainda assim, se tratar-se de assunto de interesse para a solução da demanda (Desprovemento) (T5) (TFR)	AG 49.809-SP	25/09/86	6.264	110
Juiz Classista - Suplência - Prerrogativa de foro privilegiado - O Juiz suplente não é membro de Tribunal - Tem apenas a expectativa de cargo, não gozando, portanto, de privilégio de foro - As prerrogativas do cargo são inerentes ao exercício da função - Daí porque inexistente o foro de privilégio para suplência - Queixa-crime de que não se conhece, declinando-se a competência para o Juízo de Direito (Desconhecimento) (TP) (TFR)	QCR 48-RN	23/10/86	6.332	01

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
Mandado de Injunção - Pressupostos - Competência - O instituto criado pela Carta Constitucional, destina-se a suprir, via judicial, lacunas legislativas na estrutura normativa - Se a omissão do legislador, por própria versão dos impetrantes, inexistente, o caso não é de injunção, mas sim de mandado de segurança (Desconhecimento) (CE) (STJ)	MI 15-DF	04/09/89	14	54
Mandado de Segurança - Ato administrativo que se inquina de ferir direitos, passível de mandado de segurança, está incluído no rol daqueles chamados atos discricionários - A execução de tal ato não fere direitos, porquanto observadas a conveniência e oportunidades administrativas (Desconhecimento) (T1) (STJ)	REMS 774-PE	03/06/91	452	214
Mandado de Segurança - Ato do Delegado da Receita Federal - A ocorrência de dano ao erário é pressuposto básico da pena de perdimento - A apelante demonstrou suficientemente a inocorrência do dano ao erário - A importação foi comprovadamente regular pelo seu total e a mercadoria encontrada estava, por engano, registrada em outro manifesto (Proviemento) (T5) (TFR)	AMS 109.895-RS	19/06/86	6.127	107

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
Mandado de Segurança - Ato judicial - Legitimidade do Decreto, da Prefeitura Municipal - Que alterou o regime de horários a que estavam sujeitos os estabelecimentos que exploram o ramo farmacêutico localizados em grande centros comerciais, denominados shopping centers - Os estabelecimentos farmacêuticos exercem atividades nitidamente de utilidade pública - Por isso, não podem sofrer limitações quanto ao horário de funcionamento, porque é um serviço posto à disposição da coletividade (Provisamento) (T1) (STJ)	REMS 886-SP	18/11/91	652	109
Mandado de Segurança - Ato judicial - Suspensão de Segurança - Pressupostos - Medida liminar - Mandado de segurança não pode atacar medida liminar proferida em Mandado de Segurança por ser descabível - Indeferida a Suspensão de Segurança pelo Presidente do Tribunal - Não comporta à parte pleitear que se suspenda a execução da liminar por meio de mandado de segurança, invocando aqueles pressupostos que já foram examinados pelo Presidente do Tribunal (Desconhecimento) (S2) (TFR)	MS 107.592-SP	19/12/85	5.901	178

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
<p>Mandado de Segurança - Ato da Ministra da Ação Social - Servidora Pública - Dispensa - Grávida, já entrando no quarto mês de gestação - Excepcionalismo constitucional - Estabilidade - O ato demissório, reveste de toda legalidade necessária - Resguardando os direitos trabalhistas da servidora demitida - Ausência de ferimento a direito líquido e certo - Indemonstrada a estabilidade excepcional assegurada pela Constituição (Indeferimento) (S1) (STJ)</p>	MS 494-DF	17/12/90	297	135
<p>Mandado de Segurança - Ato do Ministro da Aeronáutica - Que os excluiu dos procedimentos administrativos de aquisição dos imóveis funcionais que ocupam regularmente - A requisição, transferência ou movimentação para outro órgão da Administração Direta sediada no Distrito Federal de servidor público civil ou militar - Permanece ele com direito à ocupação do imóvel funcional, redundando em ocupação contínua - A legislação não fez diferenciação entre imóveis ocupados por civis e prédios ocupados por militares (Deferimento) (S1) (STJ)</p>	MS 579-DF	25/03/91	363	81
<p>Mandado de Segurança - Ato do Ministro da Aeronáutica - Que indeferiu a pretensão de promoção na inatividade ao posto imediato de 2º Tenente - Robustas provas trazidas aos autos demonstram a ausência de ato coator - Bem como a existência de coisa julgada para alguns impetrantes e litispendência para outros - O que, por si só, inviabiliza a via escolhida (Desconhecimento) (S1) (STJ)</p>	MS 674-DF	25/03/91	363	51

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
Mandado de Segurança - Ato do Ministro das Comunicações - Aplicação de pena de suspensão de suas atividades por 10 dias - Concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens - Constatado o abuso de direito na liberdade de radiodifusão, configurando-se infração prevista no Código Nacional de Telecomunicações - Legítimo o uso do poder de polícia conferido à Administração, para aplicar a penalidade cabível - Tal procedimento independe do procedimento penal (Denegação) (TP) (TFR)	MS 113.708-DF	30/04/87	6.666	82
Mandado de Segurança - Ato do Ministro da Marinha - Militar - Demissão - Participação nos acontecimentos políticos - Anistia - Ato disciplinar - Cunho político - Mesmo que o fundamento da punição se embase em ato a bem da disciplina, o seu revestimento é de cunho político, ligado umbilicalmente aos atos de exceção - Pois que travestido o ato praticado pelo impetrante, que é político, em ato disciplinar (Deferimento) (S1) (STJ)	MS 44-DF	18/12/89	76	100
Mandado de Segurança - Com a finalidade de obrigar a Administração Estadual a incluir nos vencimentos dos Procuradores do Tribunal de Contas Estadual - Benefício que se traduz em adicional por tempo de serviço, instituído por Lei Estadual - Criada através de lei, com expressa disposição de ser vantagem pessoal, inclusive com vedação implícita - Não se configura direito que possa ser estendido indistintamente a toda gama de servidor (Desprovimento) (T1) (STJ)	REMS 175-PB	25/03/91	363	29

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
<p>Massa Falida - Nos casos de cobrança de tributos contra a massa falida, aí inseridas as contribuições previdenciárias - É indevida a cobrança de multa, seja punitiva ou moratória (Desprovemento) (T5) (TFR)</p>	<p>AC 100.474-SP</p>	<p>19/09/85</p>	<p>5.714</p>	<p>246</p>
<p>Marcas - Registro - INPI - Formalidade documental válida em face da autenticação perante tabelião - O Código de Propriedade Industrial, veda a reprodução ou imitação de marca alheia registrada - Desde que possibilite erro, dúvida ou confusão - Possibilidade de coexistência das marcas no Brasil, mesmo porque, trata-se de clientela de consumidores qualificados - O que demonstra serem de difícil confusão entre os produtos (Desprovemento) (T5) (TFR)</p>	<p>AC 90.397-RJ</p>	<p>07/02/85</p>	<p>5.426</p>	<p>190</p>
<p>Medida Cautelar - Ação declaratória - É cabível a acumulação - Porquanto a primeira visa evitar dano ou prejuízo irreparável e sobrevive enquanto sobreviver o processo principal - Não sendo importante se o processo principal é de preceito condenatório ou não - Resolvido este, resolver-se-á a cautelar que lhe foi preparatória (Embargos - Rejeição) (S2) (TFR)</p>	<p>EIAC 106.339-CE</p>	<p>04/02/88</p>	<p>7.340</p>	<p>186</p>

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
Medida Cautelar - Eficácia - Tem por finalidade assegurar a eficácia e utilidade a outro processo - Não se prestando a solucionar a pretensão material da parte autora - Não pode, portanto, a autora exaurir toda a sua pretensão em uma cautelar - Sendo imperiosa a instauração de uma ação de conhecimento onde se facultaria ao réu o desenvolvimento de sua defesa (Provimto) (T5) (TFR)	AC 82.593-SP	23/04/87	6.639	75
Militar - Anistia - Aluno da Escola de Aviação Militar - Participação na Intentona Comunista de 1935 - Expulsão das fileiras do Exército - Não se aplicam aos anistiados as características, as peculiaridades e o regime jurídico atinentes ao critério subjetivo de merecimento e escolha e ao objetivo de curso de formação - As vantagens devidas são apenas aquelas inerentes às promoções, com efeito financeiro a partir da promulgação da Constituição (Deferimento) (S1) (STJ)	MS 304-DF	21/05/90	141	261
Militar - Anistia - Beneficiado pela legislação, uma vez declarado anistiado - Mantido na inatividade, no posto que ocupava à época da punição, como oficial da reserva remunerada - Mandado de Segurança - Visa ao reconhecimento e à execução de direito de promoções em ressarcimento de preterição - Aplicar a lei extensivamente, perquirindo-se-lhe o fim social e buscando o direito que ela pretende manifestar, é uma virtude do Judiciário - Não obstante, isto não implica a negação de lei - Que se apresenta clara e sem eiva, senão a revelação da sociedade que lhe exprime, tudo coerentemente com o sistema geral (Denegação) (TP) (TFR)	MS 90.101-DF	28/05/81	3.254	162

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
Militar - Aposentadoria - Revisão de enquadramento - É facultada à Administração, constatado o erro ou ilegalidade do ato, revê-lo por seus próprios meios - Não se exigindo formalidades especiais - Tal faculdade é inerente ao próprio poder de autogestão, podendo ser exercido de ofício (Desprovisamento) (T1) (STJ)	REMS 423-DF	24/09/90	215	141
Militar - Concurso público - Reserva remunerada - Existindo, autorização anterior, para que o militar se submetesse a concurso público alienígena às funções militares - Sua aprovação gera de consequência, a anuência da corporação para que assuma a novel função onde obteve aprovação - O obstaculizamento, por parte da autoridade competente, configura ato coator, impeditivo do livre exercício dos direitos civis (Deferimento) (S1) (STJ)	MS 261-DF	02/04/90	115	160
Militar - Promoção - O militar reformado ou transferido para a reserva - Não faz jus à promoção ao posto ou graduação imediatos - A EC-26/85, não contém abrangência ampla - Tem dirigibilidade tão-somente aos cassados por atos de excessão, institucionais ou complementares - Sua clientela é restrita aos termos que expressa (Indeferimento) (TP) (TFR)	MS 111.583-DF	23/10/86	6.331	13

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
<p>Militar - Promoção "post mortem" - Prescrição quinquenal - Pensão - Pedido implícito - Inocorrendo prova do indeferimento administrativo do pedido de promoção "post mortem" a precrição não se dá por configurada - Não extrapola as lindes do pedido, muito menos está fora dele, a admissão do pedido implícito de pensão que deflui logicamente da análise conjuntiva dos autos (Provimento) (T1) (STJ)</p>	<p>RESP 11.139-PE</p>	<p>04/11/91</p>	<p>636</p>	<p>41</p>
<p>Militar - Reserva - Assegurado o direito a promoção, àqueles que serviram no Teatro de Operações na Itália - Tal direito condicionando-se à passagem para a reserva, o implemento desta alcança aquele (Concessão) (S1) (STJ)</p>	<p>MS 231-DF</p>	<p>28/05/90</p>	<p>145</p>	<p>84</p>
<p>Obrigaçao Contratual Habitacional - Estando o mutuário em situação econômica de insolvência, dado a sua comprovada invalidez, inclusive percebendo pensão da previdência - A qual não logra fazer frente à exigência do mútuo, porquanto inferior ao valor da prestação - Não há como ter-se procedente a execução - Ademais, na aplicação da lei o Juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum (Desprovimento) (T5) (TFR)</p>	<p>AC 143.863-RN</p>	<p>02/06/88</p>	<p>7.644</p>	<p>195</p>

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
<p>Patente - Caducidade do privilégio - Uso e desuso - Convenção de Paris - Uma patente em desuso é um entrave ao desenvolvimento econômico e um prejuízo para outros interessados em sua exploração e, em consequência, para a coletividade, que deixa de consumir o bem a ser produzido - A caducidade de privilégio, modalidade de extinção do mesmo, se aperfeiçoa na sua exploração e cai em domínio público conforme o Código de Propriedade Industrial (Desprovisamento) (T5) (TFR)</p>	<p>AC 58.205-RJ</p>	<p>21/03/85</p>	<p>5.481</p>	<p>19</p>
<p>Penhora - Alienação - Concurso de preferência - Falência - Existindo concurso de credores quanto à massa falida - Deverá ser estritamente observada a nomenclatura prescrita em lei - Não estando sujeita ao concurso de preferência com a Fazenda Estadual - À autarquia federal deverão ser reservados bens da massa suficientes a satisfazer o crédito previdenciário - Existindo a prioridade de quem primeiro penhorou bens, somente nos casos onde não exista tal concurso de preferência (Provisamento) (T5) (TFR)</p>	<p>AC 100.149-SP</p>	<p>19/09/85</p>	<p>5.714</p>	<p>231</p>
<p>Precatório - Pagamento em OTN - Cálculo de liquidação - Homologação - Valor fixado em moeda corrente - A simples tradução do montante apurado na conta, para OTN, não desnatura a referida conta que fora expressa em moeda corrente - A atual Constituição já prevê, a atualização dos precatórios e sua conversão em OTN - O que, por si só, já determina a perda do objeto do recurso (Desprovisamento) (T1) (STJ)</p>	<p>RESP 2.028-SP</p>	<p>02/04/90</p>	<p>118</p>	<p>166</p>

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
<p>Processo - A defesa dos interesses em Juízo pode se apoiar em fatos e provas carreadas ao Juízo - E, se a interpretação dos mesmos não se afeiçoa ao entendimento que se lhe dá o Juízo - Não se caracteriza a má fé, quando muito erro de interpretação - A má fé pressupõe dolo, interesse de fraudar em Juízo (Provimento parcial) (T5) (TFR)</p>	<p>AC 107.678-AL</p>	<p>12/05/88</p>	<p>7.575</p>	<p>275</p>
<p>Programa de Integração Social (PIS) - A contribuição insere-se na categoria de tributo, pouco importando o <i>nomen juris</i>, que se lhe dê - A sua finalidade social não lhe retira a natureza jurídico-tributária - A contribuição tem como hipótese de incidência, fato gerador, o exercício de atividade empresarial - Equiparam-se a empresa, para esse efeito, as atividades sem fins lucrativos, exercidas com o concurso de empregados - O faturamento mensal representa um aspecto da hipótese de incidência - É mera expressão econômica utilizada pelo legislador para apurar o devido ao PIS (Desprovimento) (T5) (TFR)</p>	<p>AMS 90.628-SP</p>	<p>22/10/81</p>	<p>3.446</p>	<p>01</p>
<p>Previdência Social - Em se tratando de ação de restituição de contribuições pagas indevidamente por aposentado da Previdência Social - Não há necessidade de a autarquia ser intimada pessoalmente da sentença, bastando a sua publicação (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p>RESP 12.061-RJ</p>	<p>21/10/91</p>	<p>611</p>	<p>05</p>

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
Processo - Embargos infringentes - A expressão deduzidos por artigos significa que o embargante tem o dever de apresentar outras razões jurídicas para reformar a corrente condutora do acórdão embargado para prevalecer o voto vencido - Sem a dedução por artigos, os embargos não podem ser conhecidos, a contrário sensu afronta-se o CPC (Provimento) (T1) (STJ)	RESP 6.567-PR	04/11/91	632	135
Processo - Inépcia da inicial - Apresentada a contestação, não mais se pode entender como inepta a petição - Que já foi deferida, apreciada e respondida pelo réu - Se a inicial contém, embora não tão claros, todos os elementos necessários e se alcançar os objetivos propostos - Não há que se tê-la como inepta (Desprovimento) (T1) (STJ)	RESP 12.500-PR	09/12/91	705	73
Processo - Na forma estabelecida no CPC, o expediente forense estende-se até às 18:00 horas - Se protocolado o recurso às 17:14 horas, do último dia do prazo, ao mesmo não pode ser alegada a extemporaneidade (Provimento) (T1) (STJ)	RESP 2.172-PR	03/06/91	454	117
Processo - No Juízo arbitral, atendendo aos princípios da processualística, economia e celeridade do processo, estender eficácia de medida anteriormente concedida - Obedecidos os pressupostos legais, mormente em se tratando de ato não defesa em lei, na conformidade do CPC (Desprovimento) (T5) (TFR)	AG 46.769-PR	27/06/85	5.638	85

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
<p>Processo - Nomeação de bens à penhora - Petição - Falta de representação - A parte, para postular em Juízo, torna-se obrigatória a representação que a lei exige - Sendo-lhe desfeito cometer atos privativos de advogado (Desprovisamento) (T5) (TFR)</p>	<p>AG 42.843-ES</p>	<p>03/10/85</p>	<p>5.746</p>	<p>06</p>
<p>Processo - Poder revisional - Inexistindo a juntada de peça essencial à defesa do direito da parte - Por qualquer motivo, o Juízo não pode extrapolar os limites da lide, para conhecer do teor da peça ausente - Prolatada a sentença, esgota-se o ofício jurisdicional do Juízo singular - Porquanto não é dado à primeira instância o poder revisional de suas próprias sentenças (Desprovisamento) (T5)(TFR)</p>	<p>AC 139.214-SC</p>	<p>02/06/88</p>	<p>7.642</p>	<p>45</p>
<p>Propriedade Industrial - Marca - A proteção legal do uso da marca interessa imediatamente ao titular do registro, e, mediamente, a toda coletividade - Não podendo concluir-se, possa o consumidor adquirir um produto coberto pela marca "walita" pensando tratar-se de produto da marca "Melita" - Não há como dar pela existência de coidência ou imitação de marcas - Confirma-se a sentença que julgou improcedente pedido de anulação do registro da segunda marca (Desprovisamento) (T5) (TFR)</p>	<p>AC 58.301-RJ</p>	<p>24/05/84</p>	<p>5.017</p>	<p>87</p>

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
Propriedade Industrial - Marca - Registro - INPI - Convenção de Paris - A teor da legislação, está expressa a não adesão ou vinculação brasileira à Convenção de Paris - Não há o que se discutir a respeito, por não serem referidas disposições aplicáveis ao direito interno - A autora alimentou operosidade da ré com seu silêncio ao longo de vinte anos, para depois manifestar descontentamento - Precluso o seu direito de ação, nos moldes da lei brasileira, forçoso é tê-la como carecedora de ação (Desprovento) (T5) (TFR)	AC 84.033-SP	19/12/85	5.884	43
Propriedade Industrial - Mesmo a autora exportando para o Brasil, desde 1956, relógios e despertadores com a marca "Europa" - Impunha-se o seu registro no INPI, para efeito de sua validade aqui no País - Quer se trate de marca notória ou não - Convenção de Paris (Desprovento) (T5) (TFR)	AC 83.445-RJ	11/04/85	5.504	192
Propriedade Industrial - Registro de marca composta - Existindo registro anterior, bem como sendo marca tradicional, de notoriedade incontestada, impõe-se aplicação do CPI - A finalidade é combater a concorrência parasitária - Que consiste em determinada empresa adotar marca semelhante, que goza de conceito nos meios comerciais, no intuito de identificar produtos que, mesmo não sendo idênticos, fatalmente induziriam o consumidor a erro (Desprovento) (T5) (TFR)	AC 102.635-RJ	17/10/85	5.766	210

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
<p>Reajuste das Prestações - Agente financeiro - Contrato de mútuo - Sentença executória - Natureza jurídica - Sistema financeiro da habitação e hipotecário - Os agentes financeiros e representantes do BNH, na relação processual, só podem figurar na causa como terceiro prejudicado - Cujas legitimidade deve demonstrar em Juízo para prosseguir nos demais termos do processo - Inexistindo dano irreparável ou de difícil reparação, poderá utilizar da via mais adequada como terceiro prejudicado (Desconhecimento) (S2) (TFR)</p>	<p>MS 107.025-RJ</p>	<p>07/11/85</p>	<p>5.809</p>	<p>73</p>
<p>Reclamação - Servidora do Ministério das Relações Exteriores - Prestava serviço na Embaixada do Brasil em Luanda / Angola - Fora mandada de volta para o Brasil - Mandado de Segurança para o fim de desfazer-se a remoção - Cumprimento de decisão do TFR - Obstáculo apresentado pela autoridade coatora, o qual, teria tornado impossível o cumprimento cabal do acórdão - Incidente de falsidade de que não se conhece, incabível no caso - Ainda que apreciada como simples preliminar - A falsidade documental irrogada não logrou comprovação por parte da reclamante (Improcedente) (TP) (TFR)</p>	<p>RCL 165-DF</p>	<p>08/03/84</p>	<p>4.852</p>	<p>49</p>
<p>Recurso - Formalidades e requisitos - A interposição de forma e atendimento a requisitos, quais sejam - A apelação deve ser interposta por petição formalizada, de acordo com os ditames do CPC, nunca por simples cota nos autos - Deverá conter as razões de fato e de direito, bem como os pontos que se procura reformar na sentença recorrida - Inexistentes tais formas e requisitos, não há como se conhecer da apelação (Desconhecimento) (T5) (TFR)</p>	<p>AC 77.048-RJ</p>	<p>19/06/86</p>	<p>6.116</p>	<p>112</p>

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
Repetição de Indébito - O contribuinte de direito cobrou do contribuinte de fato, o valor do tributo - Logo não lhe cabe o direito de repetir - Comprovada a não repercussão do tributo - O contribuinte de Direito tem legitimidade para pleitear a repetição (Desprovi-mento) (T1) (STJ)	RESP 2.654-SP	26/11/90	279	176
Servidor Público - Anistia - O interesse da Administração, como condição do retorno ou reversão ao serviço ativo, funda-se nos pressupostos objetivos inscritos na legislação - Aos quais a própria Administração, conquanto livre na lei, vinculou-se pelo Regulamento - As diferenças salariais são devidas apenas partir do prazo de cento e oitenta dias, contados da formulação dos respectivos pedidos de retorno ao serviço ativo (Indeferimento)(TP)(TFR)	MS 105.615-DF	23/05/85	5.576	80
Servidor Público - O ato de remoção ex officio deve demonstrar, objetiva-mente, o interesse da administração - Devem ser observadas, outrossim, as normas exigidas no processamento da remoção ex officio , prevista na legis-lação - O ato de remoção declarará, expressamente, a decorrência do claro de lotação preenchido - Não observa-dos tais preceitos normativos, é nulo o ato (Concessão (TP) (TFR)	MS 98.615-DF	07/04/83	4.246	01

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pag.
Servidor Público - Remoção - Proteção à família como dever do Estado - A administração não pode tratar desigualmente os seus funcionários que se encontram em condições iguais - O princípio basilar da Constituição é o da isonomia - Para se chegar a igualdade de todos os cidadãos - Que se encontram em condições desiguais - Deve-se tratá-los desigualmente e não os iguais desigualmente - A família tem direito à proteção dos Poderes Públicos e para protegê-los adequadamente, a primeira condição é a de sua unidade - É dever do Estado, velar pela União Federal - Justificar a remoção a pedido e sem ônus para a Administração, a qual não pode remover <i>ex officio</i> , em detrimento da família (Concessão) (TP) (TFR)	MS 106.001-DF	21/11/85	5.834	172
Servidor Público Estadual - Posto à disposição de outras entidades da administração - Legitimidade ao ato que determinou o seu retorno ao órgão de origem - Após o prazo da cessão e lhe negou o direito de terem incorporado aos seus vencimentos a complementação salarial recebida, enquanto cedidos, das entidades destinatárias dos deslocamentos - Conclusão inarredável durante ao caráter temporário e precário da cessão da espécie (Desprovemento) (T1) (STJ)	REMS 365-RS	03/06/91	363	144
Taxa de Funcionamento e Localização - Impossível à Municipalidade exigir, anualmente, a taxa de localização e funcionamento a título de fiscalização (Desprovemento) (T1) (STJ)	RESP 8.666-SP	03/02/92	740	47